CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

P A R E C E R N° 326/70

Aprovado em 7/12/1970

Sobre ingressos de menores de 11 anos nos cursos
ginasiais.

PROCESSO CEE- N° 772/68.

INTERESSADO - CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO.

CÂMARAS REUNIDAS DO ENSINO PRIMÁRIO E MÉDIO.

RELATOR - Conselheiro ERASMO DE FREITAS NUZZI.

1. A Câmara Municipal de São Paulo, nos termos do ofício n° 7.033, de 18 de novembro de 1969, remeteu a este Conselho o inteiro teor de discurso proferido pelo senhor vereador David Roysen, na 94ª Sessão Ordinária daquela Edilidade.

Esse discurso foi Juntado ao Processo CEE- n° 772/68, ao qual foram apensados também os protocolados n°s. 9/66 e 499/68.

2. De que tratam esses processos e qual a relação dos três com o discurso em causa?

Os protocolados cuidam do mesmo assunto: ingresso de crianças no curso ginásial, embora com idade inferior a 11 anos.

3. Figuram nesses processos - todos eles já objeto de pronunciamentos das Câmaras Reunidas do Ensino Primário e Médio e do CEE - os seguintes pareceres e declarações de votos:

Parecer n° 145/66, de autoria do ex-Conselheiro Padre Lionel Corbeil; Parecer n° 21/68, de autoria da nobre Conselheira Prof. Amélia Americano Domingues de Castro; Parecer n° 34/69, de autoria do nobre Conselheiro Alpinolo Lopes Casali; Declaração de Voto do nobre Conselheiro Antônio de Carvalho Aguiar e também de nossa lavra.

Além desses casos, o problema já foi exaustivamente abordado em outros processos, sempre no mesmo entendimento anterior, ressalvadas situações específicas e especiais.

4. Ao que parece, o assunto: ingresso de menores de 11 anos na primeira serie do curso ginasial, também foi o tema fundamental dos discurso pronunciado pelo senhor vereador David Roysen e, por essa razão, cópia desse discurso foi anexada ao Processo nº 772/68.
5. Vejamos alguns tópicos do discurso:

"... no nosso último pronunciamento, no Grande Expediente, solicitávamos ao Senhor Secretário da Justiça do Estado, o insigne professor Helly Lopes Meirelles, que dirimisse a dúvida entre o conflito de uma portaria anterior e a atual Constituição do Estado de São Paulo, com referência ao acesso da criança à escola média".

Qual dúvida? Qual portaria? Qual artigo da Constituição?

Não há uma só palavra a respeito.

Prosegue o discurso:

"... Em discursos passados dizíamos que não desistiríamos como não desistiremos, enquanto não vissemos desmascarada a fantástica promoção, por todos os meios possíveis e recursos imagináveis, que o Executivo Estadual tem ao seu alcance para confundir a opinião pública. Mas nenhuma resposta esta Casa, através de um de seus membros, teve a oportunidade de ver, de receber ou tomar conhecimento. Quando o Exmo. Sr. Governador do Estado declara investimentos maciços na educação, e quando nós reptamos S.Ex^a. para que se dê uma única demonstração e permita através mesmo de rigorosíssimo exame de admissão a possibilidade das crianças que saíram dos cursos primários poderem prestar "esta oportunidade, e quando a Constituição taxativamente declara, por outro lado — diga-se de passagem promulgada pelo Exmo. Sr. Governador do Estado — que o acesso deve ser franqueado a todos aqueles que demonstrem falta de recursos, nós somos tomados novamente de surpresa, através da imprensa, de que o Egrégio Conselho Estadual de Educação, baseando-se no argumento que "o limite de idade para matrícula na série inicial do ciclo ginasial e meio e nao fim" e que "o fin da educação é o educando" aprovou parecer permitindo o ingresso, na primeira séria ginasial, de alunos que completem 11 anos até o dia 28 de fevereiro do ano seguinte ao ingresso no ginásio. Muito bem, é reconhecer a oportunidade e a necessidade".

No entanto, no meio desse considerando, entre vírgula, consta a seguinte expressão: "aprovados nos exames de admissão".

"Ora, o que nos preocupa, sincera e profundamente, é que o Conselho Estadual de Educação, com dois considerados válidos, tenha se chocado, após a promulgação da Constituição do Estado de São Paulo, que diz: poderão menores de 10 anos fazer o ginásio, conquanto que aprovados nos exames de admissão, esbarrando, portanto, na malfada da Portaria da primeira quinzena do mês de junho de 1969".

"E nós, sabedores da preocupação, pela vez primeira, aproveitamos o ensejo para encaminhar também ao Egrégio Conselho Estadual de Educação o nosso apelo no sentido de que reconsidere, visto parecer que esta deliberação irá beneficiar única e exclusivamente as escolas privadas do Estado de São Paulo, que conseguirão com isso um maior contingente de estudantes.

Aos ilustríssimos senhores integrantes do Conselho Estadual é a quem dirigimos, desta vez, o nosso apelo para que sobranceiramente possam fazer sugerir, sensibilizar, ao Senhor Secretário da Educação para o gravame no maior investimento que um país possa sofrer, isto é, no setor da educação".

6. A transcrição é literal.

Em parte, outro nobre vereador, o Sr. Tibiriçá Botelho, pediu esclarecimentos ao orador e concluía com estas palavras:

"... Mas, quanto aos exames de admissão, não consegui ainda vislumbrar, não consegui ainda compreender o que V. Ex^a. deseja".

7. O discurso prossegue, no mesmo diapasão e, salvo erro de interpretação, o senhor vereador David Roysen, não se conforma com estes pontos:

- 1 - a inscrição antecipada de candidatos aos exames únicos de admissão à primeira série ginásial, por entender que essa antecipação, por deficiência de sua divulgação, poderá vir a prejudicar àqueles que não se inscreverem, por motivos vários, no período fixado para esse fim;

2 - da a entender que os concluintes do curso primário
deveriam ter acesso, sem maiores formalidades, à
primeira série ginásial, aduzindo em favor de sua
tese, que se trata de um imperativo constitucional;
3 - no caso da manutenção do regime de inscrições
antecipadas, acha que ele não deveria significar,
necessariamente, impedimento para a inscrição
daqueles que não o fizeram no período prefixado;
4 - presumivelmente, S. Ex^a. também não se conforma com
pareceres a provados por este Conselho a respeito do
limite mínimo de idade para a criança ingressar no
curso ginásial. Por exemplo: o Parecer n° 34/69, de
autoria do nobre Conselheiro Alpínolo Lopes Casali,
que admite a possibilidade da matrícula, na primeira
série ginásial, de menor que venha a completar 11 anos
de idade até o dia 28 de fevereiro do ano seguinte
àquele da matrícula.

8. Os tópicos supracitados decorreram das deduções que
pudemos tirar da leitura do discurso, pois não é tarefa
fácil acompanhar, com precisão, o pensamento do nobre
vereador David Roysen.

9. No que tange a inscrição antecipada de candidatos aos
exames de admissão, trata-se de medida exclusivamente
administrativa da alçada da Secretaria da Educação. Não
cabe a este Conselho, salvo por determinação superior,
imiscuir-se nos atos administrativos daquela
Secretaria.

10. Ademais, o receio manifestado pelo ilustre vereador,
de que essa antecipação poderia deixar de lado crianças
cujos responsáveis não houvessem tomado conhecimento da
medida, não tem mais razão de ser, porquanto a atual
direção da Coordenadoria do Ensino Básico e Normal,
sensível a todos os aspectos do problema, houve por bem
reabrir essas inscrições também no final do ano letivo.

11. Quanto ao ingresso de concluintes do curso primário na
primeira série ginásial, sem maiores formalidades, é
providencia impossível enquanto perdurar a vigência do
Artigo 36, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação
Nacional, que diz:

"O ingresso na primeira série do 1º ciclo dos cursos do ensino médio
depende de aprovação em exame de admissão, em que fique demonstrada
satisfatória educação primária, desde que o educando tenha onze
anos completos ou venha a alcançar essa idade no correr do ano
letivo".

12. Essa exigência, contudo, não prevalece nos cursos instituídos em caráter experimental, como é o caso do Grupo Escolar Experimental "Dr. Edmundo de Carvalho", que funciona entrosado com o Ginásio Estadual Pluricurricular Experimental e também no caso do Grupo Escolar-Ginásio, instituído a partir deste ano, e com unidades em funcionamento em todas as regiões escolares do Estado de São Paulo. Ha ainda, o Instituto Municipal de Educação e Pesquisas, que segue a mesma orientação, ministrando o ensino, fundamental em oito anos de escolaridade.

Creemos, salvo melhor juízo, que as considerações supracitadas deverão ser suficientes para dissipar as dúvidas manifestadas pelo senhor vereador David Roysen.

É o nosso parecer.

As Câmaras Reunidas do Ensino Primário e Médio e o Egrégio Plenário decidirão quanto à conveniência do envio deste trabalho a Câmara Municipal de São Paulo.

Sala das Sessões das CREPM, em 30 de novembro de 1970.

(aa) Conselheiro ALPÍNOLO LOPES CASALI - Presidente
Conselheiro ERASMO DE FREITAS NUZZI - Relator
Conselheiro ANTÔNIO DE CARVALHO AGUIAR
Conselheiro ELISIÁRIO RODRIGUES DE SOUSA
Conselheiro Mons. JOSÉ CONCEIÇÃO PAIXÃO
Conselheiro NELSON CUNHA AZEVEDO